



CIVILIZAÇÃO VERSUS BARBÁRIE: A DESTRUIÇÃO DO MORRO DO CASTELO NO RIO DE JANEIRO (1905-1922)

Alexsandro R. Menez¹

Resumo

O presente artigo pretende analisar as consequências do pensamento modernizador, através das revitalizações urbanas iniciadas durante o início do século XX. Para isso, vamos utilizar como objeto de análise a destruição do Morro do Castelo, este que por sua vez, durante esse período passou a simbolizar o atraso do Brasil, em relação aos países europeus civilizados. Devido, aos seus miseráveis habitantes, em sua maioria formada por negros e mestiços, e também, a representação de um “marco” colonial. Por isso, deveria ser apagado com a proximidade do centenário da independência do Brasil. Dessa forma, o que temos é uma luta empreendida pela elite governante (civilização) versus os habitantes do morro (bárbaros) tendo como pano de fundo o imaginário moderno/progressista do início do século XX.

Palavras-chaves: modernidade, urbanização, higienização, Morro do Castelo.

O morro do Castelo e a urbanização do Rio de Janeiro

A história do morro do Castelo está relacionada à fundação, e também, ao desenvolvimento da cidade Rio de Janeiro. “De 1567, quando Mém de Sá transferiu o núcleo urbano fundado por Estácio de Sá na Urca, até 1922, quando foi arrasado por Carlos Sampaio, o morro do Castelo e sua história marcaram a evolução urbana do Rio de Janeiro.” (PAIXÃO, 2008). Portanto, não há possibilidade compreender as modificações históricas do Rio de Janeiro sem mencionarmos a importância que o morro desempenhou para a própria formação dessa cidade.

Foi sobre o morro, no século XVI, que se estabeleceram os primeiros habitantes e seus governadores, protegidos pela recém erguida fortaleza de Santiago. À medida que o núcleo urbano crescia, moradores e administradores foram descendo o morro em direção à várzea, atual Praça XV, impulsionados pelo aumento populacional e pelas dificuldades de acesso à água. (PAIXÃO, 2008, p.25).

Além disso, o morro do Castelo contava com construções que remontavam o período colonial. Dessa forma, o morro do Castelo constituía um marco histórico como marco fundador da cidade, este que por sua vez, remonta desde os primórdios da colonização brasileira (MOTTA, 1992).

¹ Licenciado em História pela FAPA (Faculdade Porto-alegrense). Mestrando em História Ibero-americana pela PUC/RS.

Marco histórico da fundação da cidade, o Castelo era reverencia do também por abrigar as igrejas de São Sebastião do Castelo (a dos Capuchinhos), onde estavam os ossos de Estácio de Sá, e a de Santo Inácio (dos jesuítas), transformada, posteriormente, em Hospital Militar e sede da mais antiga Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Espécie de guarda da cidade, o Castelo assinalava a entrada de navios. (MOTTA, 1992, p.54).

A igreja somente foi transferida do morro do Castelo em janeiro de 1922, devido a iminente destruição desse local. O que ocasionou uma grande procissão saindo centro até a rua Haddock Lobo na Tijuca, onde tem a sua localização atual. Foram também retirados do morro a imagem de São Sebastião, os ossos de Estácio de Sá e o marco da cidade (PAIXÃO, 2008). Segundo Paixão a localização geográfica do morro:

No final do século XIX [...] ocupava uma grande área triangular do distrito de São José, centro da cidade do Rio de Janeiro: do contorno da rua São José, até o largo da Mãe do Bispo – que foi excluído da malha urbana carioca para a abertura de outra praça, a atual Cinelândia, no final da avenida Central – e terminando suas encostas atrás da Igreja de Santa Luzia, até onde batia o mar. Parte do centro comercial, político e financeiro do país, esta região vinha sendo motivo de discussão e preocupação por parte das autoridades brasileiras por conta da sua péssima estrutura urbana. (PAIXÃO, 2008, p.27).

A população que habitava o morro era formada por indivíduos pobres, os que não tinham moradia na parte plana da cidade, não viram outra alternativa, a não ser subir o morro para viver. Portanto, os habitantes do Castelo eram, em sua maioria, preteridos pelas camadas detentoras de poder econômico a habitar a parte plana da cidade. Ou seja, o morro era habitado pelos que estavam a margem da sociedade carioca (MOTTA, 1992). “Moradia de uma população pobre de cerca de cinco mil pessoas, distribuídas em mais de 400 casas, quando, no dizer de Luiz Edmundo, “os que descem na escala da vida, vão morar para o alto...”, o morro era um marco constante na vida cotidiana da capital do país (MOTTA, 1992, p.55).

Havia desde o final do século XIX uma grande polemica pela questão sanitária da cidade. Consequência do péssimo estado urbano que esta apresentava. As soluções utilizadas para sanar estes problemas, de certa forma, pioraram a situação dos pobres da cidade. Isto ocorreu a partir da ação do Estado desencadeado pelas reformas ocorridas durante 1902 a 1906. Tudo isto resultou na “discussão travada em torno do papel que o Estado deveria exercer no processo de expansão urbana e do tipo de cidade que se deveria construir. Esta não foi uma situação exclusiva do Rio de Janeiro” (PAIXÃO, 2008, p.27).

A modernização das cidades, sobretudo do Rio de Janeiro, constitui, contudo, um dos aspectos do processo histórico de passagem ao capitalismo que envolve, na virada do século XIX para o século XX, o aprofundamento do aburguesamento, com a implantação do regime republicano. Neste contexto, deve-se considerar a passagem do regime de trabalho escravo para o trabalho livre e seus desdobramentos no tocante às formas históricas de controle social definidora dos marcos de exclusão social que se vão imprimindo na cidade. (NEDER, 1997, p.110).

A ideia de destruir o morro é antiga, o “... inquérito efetuado por três médicos e apresentado ao Senado da Câmara, no final do século XVIII, serviu de base para que o bispo Azeredo Coutinho, no início do século seguinte, apresentasse um relatório indicando a necessidade de demolir...” o morro do Castelo. Segundo o bispo o morro era um “padrasto” para a cidade do Rio de Janeiro, pois este impedia a circulação de ventos advindos do mar, por isso a cidade apresentava tantas doenças (MOTTA, 1992, p.55).

Vêm de longa data os comentários de que o morro do Castelo estaria atrapalhando o bom desempenho e o crescimento urbano do Rio de Janeiro. A começar, em 1798, foi elaborado, pelo Senado da Câmara, um questionário acerca da situação sanitária da cidade, a fim de investigar as causas e possíveis soluções sobre as doenças endêmicas e epidêmicas existentes. Respondido por três médicos portugueses, Manoel Joaquim Marreiros, Bernardino Antônio Gomes e Antonio Joaquim de Medeiros, o seu resultado condenou os morros da cidade, dizendo-os responsáveis pela má circulação do ar e conseqüentemente pela permanência dos miasmas, agravando as péssimas condições de saúde em que o Rio de Janeiro se encontrava. (PAIXÃO, 2008, p.30).

Com o novo regime político e a virada do século, a cidade sofreu várias intervenções na sua composição urbana, onde predominou o conhecimento científico de engenheiros, médicos e os sanitaristas (PAIXÃO, 2008). “Prevaleciam, no âmbito administrativo, seus ideais urbanos representados pelo desejo de modernizá-la e solucionar os problemas de insalubridade aos quais estava condenada” (PAIXÃO, 2008, p.29-30). Portanto o objetivo era inserir o Brasil na econômica mundial e o Rio de Janeiro, sendo a capital do país, era um representante natural da nação. Dessa forma, a elite cidadina passou a acreditar que era preciso transformar o Rio de Janeiro em uma cidade limpa, moderna e principalmente capaz de receber investimentos financeiros estrangeiros (PAIXÃO, 2008).

A redefinição da espacialidade urbana carioca, no momento da implantação da República, está longe de ser uma criação natural, inerente à dinâmica do processo de modernização, resultante de uma ordem pensada também como natural e que estabelece um fio evolutivo contínuo na direção do progresso. A naturalização do processo de modernização presente no conjunto dos debates levantados por engenheiros e arquitetos permite que se tome a idéia de modernização/modernidade de forma exclusiva e autoritária, calcando sua reflexão no binômio civilização versus barbárie. (NEDER, 1997, p.107).

A destruição do morro do Castelo ocorreu em dois períodos, o primeiro durante o início do século XX em 1904 “... durante a administração de Pereira Passos, quando foi aberta a Avenida Central, demolindo a ladeira do Seminário e boa parte do próprio morro. Com esta demolição o morro passou a ter outro limite na sua extensão: as costas da Biblioteca Nacional e da Escola de Belas Artes” (PAIXÃO, 2008, p.31). E a segunda, e também definitiva, teve início em 1921 (PAIXÃO, 2008, p.31). Esta última, encabeçada pelo prefeito Carlos Sampaio, engenheiro e principal defensor da destruição do morro.

Em relação às modificações urbanas empreendidas por Pereira Passos Paixão destaca que:

A reforma urbana promovida pela administração de Francisco Pereira Passos, a primeira das grandes reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, foi iniciadora da questão da intervenção do Estado no espaço urbano. A grande proposta dessa reforma foi a alteração do uso dos espaços urbanos. Antes dela, pouca diferença havia entre o espaço do trabalho e o espaço de moradia. A reforma de Passos alterou profundamente esta relação, tendo como um de seus objetivos separar esses espaços, tanto para controlar o seu uso como para separar as classes sociais. Para tal, o desejo de separar os usos e as classes, delegou os bairros do centro para a produção e circulação, os novos bairros da zona sul para os ricos e os novos bairros do subúrbio para os pobres. (2008, p.35).

Em outras palavras o que foi realizado com estas reformas urbanísticas, iniciadas nesse período, e que posteriormente passou a servir de modelo, "articulou -se uma estratégia de controle social a ser projetada face à massa de ex-escravos. Era o medo branco, manifestado diante das possibilidades de alargamento do espaço (político e geográfico) da população afro -brasileira" (NEDER, 1997, p.110). Já que a maior parte da população que habitava essas moradias miseráveis eram formados por negros e seus descendentes (PATTO, 1999).

Em relação à primeira tentativa de destruição do morro do Castelo, podemos dizer também que esta foi prejudicada devido a crise do Encilhamento ocorrida no final do século XIX, com isso, houve um retardamento da destruição do morro segundo Motta:

[...] pelo Decreto nº 759, de 18 de setembro de 1890, à Empresa do Arrasamento do Morro do Castelo, dirigida por Carlos Sampaio: o arrasamento deveria ser concluído dentro de cinco anos, tendo os concessionários o direito à área então ocupada pelo morro. No entanto alegando dificuldades financeiras geradas pela crise do Encilhamento, o futuro prefeito não conseguiu levar adiante o projeto, deixando caducar a concessão. (1992, p.56).

Cabe aqui destacar que o movimento de reformulação da cidade do Rio de Janeiro encabeçado pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX, este que por sua vez, destruiu uma grande quantidade de cortiços localizados no centro da cidade. Sendo assim, podemos dizer que a destruição do morro do Castelo estava relacionada ao movimento higienista deste mesmo período, não sendo concretizado como mencionado acima devido a dificuldades financeiras.

O ano de 1920 se abriu com a perspectiva de exposição da capital federal aos olhares estrangeiros, capazes de avaliar se "até aqui chegara a civilização européia". Era voz unânime na imprensa que a cidade carecia de certos melhoramentos para receber o rei Alberto. Que o Castelo fosse enf un arrasado era exigido por alguns periódicos, comandados pela elegante Revista da Semana. Para estes, a "velha Sebastianópolis", essa "cidade sertaneja" que resistira ao "bota-abaixo", guardado por uma "tradição supersticiosa", teria que se render finalmente às exigências

requeridas para a efetiva inserção do país no concerto das nações civilizadas. (MOTTA, 1992, p.56).

O morro do Castelo era visto como um atraso para o Brasil, este que devia se modernizar para finalmente entrar na seleta categoria de nações civilizadas. Nota-se uma reverência depreciativa ao misticismo religioso, neste caso ao sertanismo e ao sebastianismo. Claramente o misticismo é visto como o principal obstáculo para a modernidade. “A nomeação de Carlos Sampaio [...] para a prefeitura do Distrito Federal em junho de 1920, é uma indicação consistente de que, dessa vez o velho morro não escapa.” (MOTTA, 1992, p.57). Para Neder “as reformas urbanas realizadas na capital federal – a de Pereira Passos e as das décadas posteriores – implicaram no conteúdo, e, sobretudo, na forma, procedimentos políticos autoritários, típicos de processos de modernização conservadora...” inclusive destaca a autora que estas reformas foram “... empreendidas por uma República autoritária e excludente, cujos efeitos de segregação do espaço urbano fazem-se ainda presentes.” (NEDER, 1997, p.109).

Os castelenses

Um ponto que devemos questionar é em relação aos moradores do morro do Castelo. Que tipos de indivíduos habitavam este morro? Já foi mencionado que a ocupação do morro do Castelo remonta desde o período do primeiro povoamento da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, qual era a situação social de seus moradores a partir do século XX, quando teve início a derrubada do morro? Segundo Paixão:

As transformações e o crescimento urbano do Rio de Janeiro também alteraram o perfil dos moradores do morro do Castelo, conhecidos como castelenses. Se nos tempos coloniais havia a concentração de instituições e funcionários ligados à Coroa e nos tempos do Império alguns prédios de importância, no início do século XX sua população era, em sua maioria, composta de pessoas de baixa renda. (2008, p.33).

Segundo Motta utilizando uma fonte do período havia um grande contraste entre a “imponente” Avenida Rio Branco e seus palácios e o morro do Castelo que, “... apenas “vinte metros da civilização”, era o retrato mais visível da barbárie solidamente instalada no coração da capital da nação” (1992, p.58). Segundo a mesma autora a opinião da elite carioca questionava-se de como era possível que a capital do Brasil se apresentar aos olhos do mundo civilizado com este resquício de barbárie em sua capital. Castelo representava esse fantasma da miserável herança colonial deixada pelos africanos e aborígenes desta terra (1992, p.58). Portanto, havia um contraste violento entre a civilização (o homem branco descendente do europeu) e a barbárie (negro ou indígena) representada pela imagem do morro do Castelo.

Para a elite da capital, o morro do Castelo representava todo o atraso, misticismo, fanatismo, miserabilidade, desta inferior população “mestiça” pobre do Brasil. Portanto, o

Morro do Castelo simbolizava o do próprio “atraso” brasileiro perante as nações civilizadas europeias. Sendo assim, este era visto como um obstáculo para que (o branco descendente do europeu) chega-se a civilidade, e com isso torna-se a capital do país um local civilizado (MOTTA, 1992). Segundo um veículo de comunicação do período “... a revista Careta, ao apoiar o desmonte, representavam seus moradores como pobres, desarticulados, sujos e mal vestidos, destoando do novo cenário composto pela praça Cinelândia, no final da agora avenida Rio Branco” (PAIXÃO, 2008, p.33-34). Portanto segundo a mesma Paixão “... sendo a cidade uma construção do homem, ela reflete suas idéias e disputas, fazendo do espaço urbano uma representação das disputas sociais. Aqui, as reformas do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro refletem claramente as disputas sociais travadas em outros campos” (2008, p.35).

Enfim, os moradores do morro do Castelo foram montando estratégias de sobrevivências, frente as enormes dificuldades que viviam. Cometiam pequenos delitos, mas também eram duramente perseguidos pela ação da polícia, reforçada pela presença de um posto policial na entrada de uma das maiores habitações coletivas existentes na subida do morro: a Chácara da Floresta. As profissões que mais se destacaram entre os castelenses foram exatamente aquelas que exigiam pouca qualificação, como as domésticas e os carregadores. Mas também encontrei um número razoável de alfaiates, sapateiros e operários, me fazendo pensar neste grupo social como um grupo bastante heterogêneo. (PAIXÃO, 2008, p.165).

A concepção de modernização urbana não aceitava a mistura das diferentes “classes” em um mesmo espaço, por isso o morro era visto também como um enclave a modernidade.

Marco visível da fronteira entre a cidade “indígena”, “colonial” e “atrasada”, e a cidade europeia”, “civilizada” e “moderna”, a presença do Castelo contrariava um dos pilares mais evidentes dessa vertente de modernização urbana, qual seja, a organização funcional do espaço que condenava a mistura de usos e classes sócias diversos. (MOTTA, 1992, p.58).

O que se notamos é a construção de uma fronteira “...erigidias entre a “ordem” e a “desordem” ganharam concretude no imaginário social e político carioca e disciplinaram, portanto, o deslocamento e a sociabilidade urbanos” (NEDER, 1997, p.113). Esta visão refletiu na nova formação do espaço urbano da cidade, sendo que as elites “...estabeleceram, de forma sutil e alegórica, o território de cada grupamento étnico-cultural e apontaram o padrão hegemônico de atitudes e comportamentos face à problemática da alteridade” (NEDER, 1997, p.113).

Dois discursos, mas um mesmo objetivo

A partir da década de 1920 dois eventos foram significativos para o início de uma discussão sobre a imagem internacional do Brasil, em primeiro lugar no mesmo ano ocorreria a visita do rei Alberto da Bélgica e sua consorte, e em segundo lugar a proximidade da comemoração do centenário da Independência.

Para Paixão, durante este período, pode ser apontada a existência de uma disputa entre dois discursos sobre os rumos do o morro do Castelo, “aquele que defendia o arrasamento e aquele que defendia a urbanização e embelezamento do mesmo.” (2008, p.49) Segundo a autora, o que ambos os discursos tinham em comum era a elaboração de uma negativização da memória colonial. Dessa forma, tanto o governo federal como o municipal desejavam apagar da estrutura urbana (arcaica) da capital. E com isso, revitalizar e modernizar a cidade, e assim, tornar a capital do país um lugar “civilizado”, como os grandes centros europeus. Esse ponto serviu também como o principal legitimador do arrasamento do morro. Paradoxalmente a isso, a publicação “...dessa imagem foi maciça, tanto na imprensa quanto nos discursos solenes de autoridades, representantes de instituições e demais órgãos governamentais, bem como entre intelectuais, periódicos de grande circulação; e a sociedade, de uma maneira geral, não se opôs a demolição do local considerado berço da cidade” (PAIXÃO, 2008, p.49).

Um dos principais opositores ao desmonte do morro foi o Jornal do Brasil. Obviamente esta oposição não era em relação da desapropriação dos moradores do morro. O que este jornal defendia era um projeto diferente de modernização, esta que por sua vez, sendo a revitalização do local, através da expulsão de seus bárbaros habitantes. Outro fator de relevância apontado pela autora é de que o jornal era apoiador do governo de Epitácio Pessoa, divergindo somente quanto ao fato do morro ser derrubado.

O Jornal do Brasil desenvolveu uma intensa campanha contrária à destruição do "outeiro sagrado", considerada uma "obra farfalhante da qual nada resultará de útil". As edificações nos morros, pelo seu custo reduzido, serviam de residência à população pobre da cidade; caberia aos administradores municipais "facilitar a viação para os morros e construir o coletor geral das águas pluviais". Este interessante projeto de urbanização dos morros do centro do Rio, partindo de um importante órgão da imprensa carioca que abertamente apoiava o governo de Epitácio Pessoa, comprova, por um lado, que as filiações políticas não determinaram as opiniões sobre o futuro do Castelo; e, por outro, que a proposta vitoriosa de arrasamento do morro representou, na verdade, uma das vertentes de pensamento que buscavam uma capital moderna para o Centenário. (MOTTA, 1992, p.60).

O modelo da belle époque se mostrava falido após o fim (e também as consequências) da Primeira Guerra Mundial, porém o Jornal do Brasil representava a restauração dos ideais católicos, contra o progresso urbano e industrial utilitarista, pregado pelos modernizadores. (MOTTA, 1992, p.60) Para o Jornal do Brasil o “embelezamento” do morro do Castelo significava um sinônimo de modernidade (MOTTA, 1992, p.62).

Dessa forma os dois discursos sobre o que se fazer com o morro do Castelo giravam em torno da esfera da modernidade, porém a maneira de ser alcançar esta modernidade é onde ocorreria a divergência destes dois discursos.

Essa opinião era compartilhada por vários intendentess do Conselho Municipal, como Cesário de Melo, para quem o Castelo podia e devia ser embelezado. Para alguns, como o prefeito Sampaio, o Castelo podia ser comparado a um "dente cariado" na linda boca que era a baía de Guanabara.⁶¹ Para outros, como o Jornal do Brasil, era "uma pérola a engastar na jóia suntuosa que a Providência pousou à beira do Atlântico". (MOTTA, 1992, p.62).

Enquanto que para a ala mais conservadora encabeçada pelo Jornal do Brasil o morro deveria ser "remodelado", para o setor mais "científico" o qual podemos destaca o prefeito Sampaio desejava a destruição do morro do Castelo. Em oposição a visão do Jornal do Brasil, "os científicos" viam como modernidade a submissão da natureza pelo homem, pois, esta valorização da natureza era vista como sendo arraigada de valores precários ao homem verdadeiramente moderno.

Os castelenses são irrelevantes

Até este momento o que temos discutidos foram as diversas razões para a destruição do morro do Castelo, como continuções do movimento sanitarista, reorganização urbana da cidade, controle social e inserção do Brasil na modernidade. Porém, um questionamento deve ser feito, e os moradores do morro do Castelo não foram um impedimento (de cunho humanista) a destruição do morro?

O discurso das autoridades e da elite para sustentar a medida autoritária de demolir uma série de habitações coletivas do centro da cidade e suas proximidades, girava em torno da falta de higiene e de péssimos modos e hábitos que os populares ali praticavam. A decisão de arrasar o morro do Castelo provocou uma série de discussões quanto ao valor do morro e a real necessidade desta medida. Mesmo os que defendiam o morro e posicionavam-se contra o arrasamento, argumentavam a favor da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural – proporcionada pela vista da Baía de Guanabara – existentes no morro. Pouco se falou a favor dos seus moradores, a exceção de Lima Barreto. Em seus textos, Lima ia além dessas questões, estendendo suas críticas ao desmonte do Castelo para as conseqüências sociais, levando em consideração o destino de seus moradores. (PAIXÃO, 2008, p.184).

A população do morro do Castelo em torno de 5 mil pessoas, não acreditava que a destruição do morro concretamente pudesse ocorrer. Em razão disso e também devido aos poucos proprietários das casas e cortiços, não houve uma maior organização a fim de defender as suas moradias (PAIXÃO, 2008, p.186).

No entanto, os discursos que condenavam o morro do Castelo e seus moradores foram elaborados pela elite e nem sempre foram compartilhado por todos. Mesmo alguns literários – através de textos onde misturam realidade e ficção, abordando temas, motivos, valores, tempos e normas da sociedade que a produziu – que se destacaram no período, chamaram atenção para as riquezas existentes no morro. Machado de Assis enfatiza, em seu livro *Esaú e Jacob*, a cultura popular de grande procura pelos cariocas. Mas, apesar de chamar atenção para a cultura das classes menos favorecidas, o autor não assume o seu discurso, mantendo, em sua

percepção e em seus textos a ordem social em que viveu. (PAIXÃO, 2008, p.186).

Mas um escritor e jornalista Lima Barreto, que já foi anteriormente mencionado neste trabalho, talvez (e provavelmente tenha sido) a única e principal voz contrária a destruição do morro do Castelo, tinha como argumentação a defesa da população pobre do morro, "... um crítico mais ferrenho das desigualdades e injustiças implantadas com a mudança de sistema de governo, enfatiza os problemas sociais causados com o desmonte e que foram ignorados pelas autoridades responsáveis" (PAIXÃO, 2008, p.186).

Para a burguesia não fazer má figura diante do mundo europeu "civilizado", era necessário que se varre-se a sujeira do povo brasileiro para debaixo do tapete. "Tal como acontecera no Império, higiene e beleza não raro compareciam geminadas no discurso das autoridades: falava-se em "regeneração estética e sanitária" do espaço urbano. Tudo o que fazia "feia" a paisagem urbana era objeto do olhar aflito da burguesia preocupada em não fazer má figura diante do mundo, motivo pelo qual aplaudia iniciativas que varressem as mazelas de um país bárbaro para debaixo do tapete, fossem elas cortiços ou vendedores ambulantes, quiosques ou mendigos" (PATTO, 1999, 179).

Os populares que habitavam o centro da cidade, "por sua vez não conseguiram se estruturar e defender seu lugar de moradia, que para elas nada tinha de insalubre, perigoso e condenável. Precisavam morar no centro por conta da disponibilidade de trabalho." Devido a profissão que exerciam ser oferecida em sua maior parte no centro da capital (PAIXÃO, 2008, p.189).

O estado republicano brasileiro, durante os seus primeiros anos de existência, caracterizou-se por ser fortemente excludente e hierarquizador. A ciência, em busca de uma cidade limpa e moderna, condenou hábitos populares. Higienistas puseram em evidência os problemas que geravam um ambiente pouco saudável e os engenheiros elaboraram planos urbanísticos para uma cidade racional, que assegurasse a remoção dos pobres da área central e impondo normas para torná-la mais higiênica, com casas menos insalubres e ruas mais largas e retilíneas. (PAIXÃO, 2008, p.188).

Outro ponto relevante levantado por Paixão é sobre:

O desmonte do morro do Castelo desalojou centenas de pessoas e, mesmo aqueles que se colocavam contrários ao desmonte, argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no morro. Sobre seus moradores, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que viviam, parecendo justificar a retirada dessa população. A transferência da população e o pagamento de indenização sobre a propriedade não foi um assunto amplamente discutido. E ainda, se houve indenizações, estas foram destinadas aos proprietários dos imóveis. Como a maioria dos moradores do Castelo eram inquilinos, não teriam sido beneficiados com tal medida. (PAIXÃO, 2008, p.152).

É possível compreender que os moradores foram simplesmente expulsos de suas casas. Pois, estes eram vistos como indivíduos irrelevantes e, principalmente suas dificuldades, não faziam parte dos discursos dos "modernizadores" da capital. Porque, o que somente foi discutido foram questões referentes ao patrimônio e a natureza. Os

moradores do morro do Castelo eram trabalhadores, pobres, negros, mestiços, e por isso faziam parte da barbárie. Dessa forma, estes indivíduos impediam o Brasil (neste caso o Rio de Janeiro) de alcançar o nível de uma civilização de acordo com os parâmetros europeus. “Ancorados no determinismo biológico (dada a grande penetração das idéias de Cesare Lombroso) e na ideologia racista de “psicologia das multidões” de Gustave Le Bon – que, na Europa, justificava a elitização do processo político-decisório – estas lideranças impuseram-se” (NEDER, 1997, p.134) utilizando principalmente da violência física e com isso “...criou-se, no Brasil, uma ambiência psicossocial também de justificativa da excludência, sobretudo de pobres e negros, com a manutenção do poder pelas oligarquias agrárias” (NEDER, 1997, p.134).

É possível concluir, que partindo da colocação de Neder (1997), que os problemas sociais vivenciados atualmente pela sociedade carioca, têm relação direta com os acontecimentos sociais deste período histórico analisado por este artigo.

Anexos

Fotos



Foto da antiga Igreja de São Sebastião (antiga Sé), que também era conhecida pelos castelenses como igreja dos barbadinhos.



Pode ser visto que praticamente a metade do morro já foi derrubada.



Trabalhadores durante a derrubada do morro do Castelo.



Os moradores do morro do Castelo.



Trabalhadores utilizando jatos de água para demolir o morro.



As crianças moradoras do morro e o estilo das casas, podemos notar a esquerda da foto a Baía de Guanabara.

Referências

- MOTTA, Marly Silva da. A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.
- NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social Tempo. Rio de Janeiro, Vol. 2, n 3, 1997, p. 106-134.
- PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. In: Estudos avançados, 13 (35), 1999, p. 167-198.

Referência das fotos:²

http://transbordarquitectura.blogspot.com.br/2011/02/maravilha-que-queremos-para-zona_18.html

<http://eliomarcoelho.wordpress.com/page/16/?pages-list>

<http://terraypraxis.wordpress.com/tag/morro-do-castelo/>

<http://redecultura.ning.com/group/historiario>

² Todas as fotos tiradas do morro do Castelo pertencem ao fotógrafo oficial da prefeitura do Rio de Janeiro Augusto Malta, elas estão disponíveis atualmente na internet gratuitamente.